



Edição impressa produzida pelo jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado no site: <https://tribunaindependente.com.br>

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

FICHA TÉCNICA

Capital Social:	Colaboradores:
R\$ 80.414 mil	45
Patrimônio Líquido:	Ativos Totais:
R\$ 63.736 mil	R\$ 93.056 mil
Valor Liberado no 2º Sem./2021:	Operações liberadas no 2º Sem./2021:
R\$ 22.677 mil	5.626
Valor Liberado no Exercício 2021	Operações liberadas no Exercício de 2021:
R\$ 36.607 mil	7.686
Cidades atendidas:	Índice de Inadimplência de dezembro/2021:
96	4,45 %

APRESENTAÇÃO

A Agência de Fomento de Alagoas S.A. – DESENVOLVE-AL, foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.488, de 16 de junho de 2004, com alterações estabelecidas pelas Leis Estaduais nº 6.607, de 30 de junho de 2005, e nº 7.409, de 30 de agosto de 2012, pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, constituída sob forma de Sociedade de Economia Mista nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sob o controle acionário do Estado de Alagoas, facultada a participação societária da União, municípios alagoanos e de acionistas estatais ou privados. A AGÊNCIA iniciou suas atividades em 15 de abril de 2009, está vinculada legal e estatutariamente à Secretaria de Estado do desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, com autorização do Banco Central para seu funcionamento.

Com sede no município de Maceió e capital integralizado de R\$ 80 milhões de reais, a Agência é um instrumento de execução de políticas pública do Estado de Alagoas e tem como objetivo social contribuir para fomentar financeiramente o desenvolvimento sustentável do Estado, estimulando a geração de emprego e renda através de financiamento de microcrédito, apoiando projetos empresariais das micro e pequenas empresas e dessa forma contribuir para a redução das desigualdades sociais.

CONTROLE ACIONÁRIO

Constituída na forma de sociedade anônima, a DESENVOLVE tem como acionistas: o Estado de Alagoas com 99,99% das ações, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió que juntos detêm 0,01% das ações.

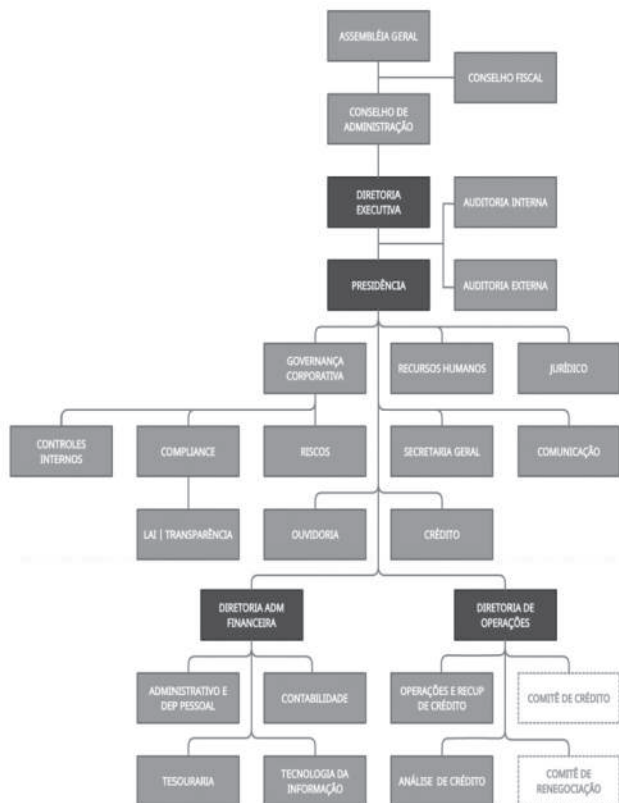
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Criar soluções para indução e aceleração do desenvolvimento sustentável com inclusão social e produtiva no Estado de Alagoas.

VISÃO: Ser referência para o Estado de Alagoas como agência sustentável, formuladora de políticas públicas e parceira na construção de soluções de desenvolvimento.

VALORES: Consciência ética, responsabilidade social, inovação, criatividade e compromisso com a qualidade dos serviços.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança corporativa da DESENVOLVE, obedece a uma rotina de melhoria contínua, guarda os princípios da transparência, da responsabilidade corporativa da instituição, proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas. Sua orientação estratégica é dada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria da Instituição.

No 1º e 2º Semestre de 2021 a Governança, focou em atender às pendências das inspeções junto ao Banco Central, o Compliance priorizando a redução de apontamentos contemplados nas Súmulas do Banco Central do Brasil, juntamente com o Risco, objetivando dirimir as fragilidades e aumentar a aderência das boas práticas da Agência.

O trabalho de atualizações dos documentos internos, reestruturação das Políticas e definições de novos procedimentos, foram uma das sistemáticas adotadas pela área de Governança para alcançar o objetivo proposto pela diretoria junto às pendências do Banco Central.

1.1 Risco

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto pela diretoria, a área de Risco focou suas atividades na revisão da Política de Gerenciamento de Risco e na Política de Gerenciamento de Capital, ambas aprovadas e assinadas pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, bem como a Declaração de Apte por risco, os Fluxogramas de Concessão de Crédito MEI e ME, emissão de Relatórios para atendimento às Súmulas e Apontamentos do Banco Central, Acompanhamento do Índice de Basileia, Orientação, Acompanhamento e Monitoramento do Relatório e Plano de Ação da Auditoria Interna e Independente.

Buscando a melhoria contínua na atuação da Governança em prol do avanço e alcance dos resultados esperados, a área de Governança teve sua estrutura definida, conforme Organograma abaixo:



Em 2021, o Governo do Estado criou o Pró-Renda para atender aos pequenos empreendedores MEI – Micro Empreendedor Individual e ME – Micro Empreendedor, ligados ao Setor do Turismo, que sofreram o impacto do período Pandêmico ocasionado pelo Vírus COVID-19 e a redução da fonte de negócios, trazidas pelos turistas visitantes ao Estado. Para esta missão gigante e que mereceu urgência para cobertura à demanda do setor, a DESENVOLVE foi contemplada, recebeu esta missão e abraçou o desafio. A Linha de Crédito Pró-Renda atraiu um volume surpreendente e imediato de tomadores. Finalizou 2021 com a marca de R\$ 35 milhões de reais liberados através desse programa a custo zero para o tomador, contando com 6 meses de carência e mais 48 meses, para pagamento, assegurando mais de 10 mil empregos diretos que beneficiaram, indiretamente, mais de 40 mil pessoas em todo o Estado.

A Linha de crédito ofereceu o benefício de 50% de desconto sobre o valor principal, quando pagos em dia, além da isenção dos juros e da Taxa de Abertura de Crédito (TAC), que serão pagos pelo próprio Governo do Estado de Alagoas, benefício concedido apenas para os MEIs.

Para operacionalizar o volume de operações, a DESENVOLVE otimizou a dinâmica dos processos, foram contratados digitadores para o preenchimento dos cadastros e das propostas no sistema financeiro. Também houve remanejamento interno de alguns colaboradores para os setores demandados. O setor de crédito foi reconfigurado e separado em duas Gerências, uma para atender aos MEIs e outra para atender aos MEs.

1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração iniciou o ano de 2021 com a totalidade de sete membros, com a saída de um dos membros, terminou o exercício com seis conselheiros.

As deliberações em reuniões mantiveram assiduidades mensais, obedecendo aos procedimentos exigidos e regulamentados. As reuniões foram realizadas por meio de vídeo conferências, aplicando todas as orientações de precauções contra a contaminação da Covid-19.

1.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal contou com a realização das reuniões por meio de vídeo conferência, por precauções à Pandemia da Covid-19. No mês de abril de 2021, quando do término dos mandatos, os membros foram re-eleitos e submetidos à homologação junto ao Banco Central, porém, diferentemente do Conselho de Administração, não puderam realizar reuniões até a data da Posse, no mês de novembro.

O Conselho está constituído por três membros titulares, que atendem ao quórum para a realização das reuniões. Os membros suplentes não foram indicados pelo acionista majoritário para o novo mandato.

1.4 Diretoria Colegiada

A Diretoria Executiva da DESENVOLVE, é composta atualmente pelo Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Operações, todos homologados pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria de Desenvolvimento e Projetos, em atendimento ao plano de redução de despesas do Estado em 2021, foi temporariamente suspensa, assim como as competências dessa diretoria, por não haver projetos de parcerias externas, em evolução.

1.5 Colaboradores

O Diretor Presidente, em 2021 imposto pela Pandemia, adotou para as novas demandas, uma estratégia interna. Cresceu o contingente de colaboradores da Agência, também criou oportunidades dentre os Gestores para os novos desafios, nessa reestruturação foi necessário extinguir alguns cargos, abrindo oportunidades para a realocação e ou promoção que foram formalizados através de portaria interna e concordância do Conselho de Administração.

1.6 Ouvidoria – LAI – Lei nº 12.527/2021

Finalizamos o 2º semestre de 2021 com a emissão do relatório da ouvidoria, atestando os atendimentos das 18 solicitações dos nossos clientes, bem como, ao atendimento da Lei LAI – 12.527/2021 – que regulamenta o direito constitucional às informações Públicas.

Considerando a posição comparativa com os demais órgãos do Estado, a DESENVOLVE, ocupa a 1ª posição em destaque em atendimento quando comparada entre os 52 órgãos do Estado de Alagoas.

Em atendimento às súmulas do Banco Central, a Diretoria responsável pela Ouvidoria foi designado no SISOEF – UNICAD.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

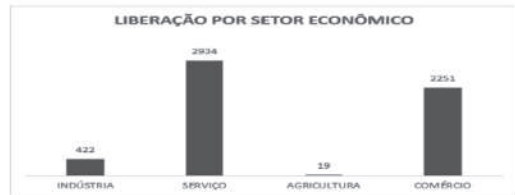
O volume de empréstimos liberados no segundo semestre de 2021 foram na ordem de R\$ 22.677 mil (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil reais), contra R\$ 2.259 mil (dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais) do mesmo período do ano de 2020, um aumento de 903,87%. Esse cenário foi causado devido ao grande número de liberações ocasionado pelo Programa Pró-renda, lançado pelo Governo do Estado de Alagoas em março/2021, com o ápice de liberações no 2º semestre de 2021, beneficiando aos micro empreendedores de diversos segmentos e empreendedores do segmento turístico, cujo principal objetivo foi em proporcionar maior poder de compra e a diminuição do impacto econômico causado pela pandemia da COVID-19.

Salientamos ainda que, outro saldo positivo foi o aumento na carteira de crédito em 313,17% em comparação ao final do exercício de 2020, onde chegamos ao valor de R\$ 43.767 mil (quarenta e três milhões setecentos e sessenta e sete mil reais). Vale ainda salientar que, ocorreram baixas de contratos com prejuízo no segundo semestre de 2021 no montante de R\$ 217 mil (duzentos e dezessete mil reais), representando aproximadamente em 0,50% da carteira de crédito do semestre. Este percentual de pequena monta, deve-se ao fato do elevado crescimento da carteira ativa em 2021.

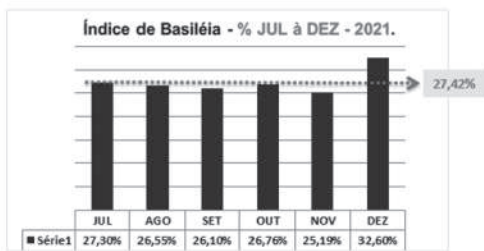
Demonstramos a seguir o desempenho de cada linha de crédito, durante o 2º semestre de 2021, elencando a quantidade de operações realizadas e o montante investido nas linhas de operações DESENVOLVE:

(Em mil R\$)		
LINHAS DE CRÉDITO	QUANT.	MICROCRÉDITO E OUTROS
MC DESENVOLVE B	3	R\$ 45
MC DESENVOLVE D	2	R\$ 28
CANA DE AÇÚCAR GIRO	2	R\$ 50
CANA DE AÇÚCAR DESENVOLVE	4	R\$ 48
FUNGETUR - GIRO	1	R\$ 12
MC GRUPO DE AVALIA	1	R\$ 9
CAPITAL DE GIRO	2	R\$ 45
PRORENDA MEI	263	R\$ 896
PRORENDA MEI OUTROS	5.196	R\$ 17.410
PRORENDA PJ	152	R\$ 4.134
TOTAL	5.626	R\$ 22.677

A seguir quadro estatístico dos valores investidos nas diversas linhas de créditos DESENVOLVE, por porte econômico, durante o 2º semestre de 2021.



Por último apontamos o índice de Basileia, conhecido como índice de solvência ou solvabilidade, que indica a capacidade das instituições financeiras em honrar suas obrigações de pagamento, calculados sobre o 2º semestre de 2021.



3. AÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Durante o 2º semestre de 2021 o setor Jurídico da DESENVOLVE promoveu todas as medidas administrativas e judiciais acatadoras de direitos e interesses da Instituição, notadamente ingressou com 01 (uma) ação de execução por título extrajudicial contra devedor com dívida inscrita em perda provável, perante a instituição no segundo semestre respectivamente, sendo o valor pleiteado em julho de R\$ 54 mil (cinquenta e quatro mil reais), tendo ainda recolhido R\$ 2 mil (dois mil reais) referentes às custas processuais distribuídas da seguinte maneira:

(Em mil R\$)			
	Nº de ações ingressadas	Valor da ação	Custas processuais
2º semestre de 2021	1	R\$ 54	R\$ 2

Com relação ao mesmo período de 2020 houve uma diminuição no número de ações ajuizadas, mas referente ao valor passivo ajuizado ocorreu uma diminuição significativa, visto que foram ajuizadas no segundo semestre do ano anterior 05 (cinco) ações de execução por título extrajudicial e o passivo foi de R\$ 2.436 mil (dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil reais), tendo ainda recolhido R\$ 33 mil (trinta e três mil reais).

Vale ressaltar que a queda brusca em relação às ações de título extrajudicial referentes ao segundo semestre de 2021 tendo como comparação com o segundo semestre de 2020, se dá em razão da Portaria Interna Nº 004/2020 de 21 de fevereiro de 2020, que o Diretor Presidente da AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A. – DESENVOLVE, no uso de suas atribuições em razão da aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2020, que somente serão ajuizadas ações de título extrajudicial acima de R\$ 10 mil (dez mil reais). Os débitos com valores inferiores serão cobrados de forma extrajudicial, pelo setor competente de recuperação de crédito.

A Assessoria também realizou um trabalho de orientação e divulgação aos setores da DESENVOLVE, quanto à observância e aplicação dos dispositivos legais vigentes e suas alterações, assim com a verificação e fiscalização do cumprimento das providências de natureza jurídica pelos setores da DESENVOLVE.

4. RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No 2º Semestre do exercício social de 2021, apesar do aumento das receitas de operações de créditos em 267% em relação ao mesmo período de 2020, a DESENVOLVE registrou um prejuízo de R\$ 2.172 mil (dois milhões, cento e setenta e dois mil reais), acumulando um prejuízo de R\$ 16.678 (dezesseis milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais). Dentre os fatores preponderantes para o prejuízo apresentado estão os créditos baixados para a provisão das operações de créditos que registrou o valor de R\$ 1.007 mil (um milhão mil real). Com o aporte de Capital realizado pelo sócio majoritário no valor de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais), no mês de dezembro, o Patrimônio Líquido acumulou um montante de R\$ 63.736 mil (sessenta e três milhões, setecentos e trinta e seis mil reais) no final do 2º semestre, com um aumento de 133,91% em relação ao mesmo período do ano anterior. O total de ativos teve uma

variação positiva de 71,54% quando comparado ao final do exercício de 2020, fechando o 2º semestre de 2021 em R\$ 93.056 mil (noventa e três milhões, cinquenta e seis mil reais), sendo 53,40% de títulos e valores mobiliários, 42,91% de operações de crédito, e 3,69% de outros ativos. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores referentes ao 1º e 2º semestre/21.

(Em mil R\$)			
	Resultado	Provisão	Saldo do Patrimônio Líquido
1º semestre de 2021	(-) R\$ 1.341	(-) R\$ 894	R\$ 45.907
2º semestre de 2021	(-) R\$ 2.172	(-) R\$ 1.007	R\$ 63.736

5. CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTRAS DE RECEITAS

No segundo semestre de 2021 foi dado continuidade ao programa de Renda Econômica – PRO RENDA, lançado no primeiro semestre pelo Governo do Estado de Alagoas. O programa passou a atender aos micro empreendedores de todos os segmentos e a oferta do crédito passou a ganhar uma maior amplitude no Estado de Alagoas, mantendo o mesmo parâmetro destinado anteriormente apenas aos empreendedores da área de turismo, ou seja: para microempresas abertas e/ou formalizadas em 2021 o crédito de R\$ 2 mil (dois mil reais), e, para as microempresas formalizadas antes de 2021, tem acesso a linha de crédito de até R\$ 4 mil (quatro mil reais). Em ambos os casos, a linha concede ao favorecido do crédito o benefício de 50% do valor aprovado e a isenção de taxa de juros pagos pelo governo, condicionada ao pagamento das parcelas rigorosamente em dia durante o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, tendo ainda o prazo de 06 (seis) meses de carência.

Com o segundo aporte de capital no montante de R\$ 20 milhões (vinte milhões de reais), o programa atendeu no período de julho à dezembro/2021 pela linha PRO RENDA (MEI Turismo, MEI Outros, ME e EPP) 5.611 empreendedores com valores liberados no montante de R\$ 22.440 mil (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), tendo o ticket médio de R\$ 4 mil (quatro mil reais). É importante ressaltar que durante o ano de 2021 o programa liberou um montante de R\$ 34.348 mil (trinta e quatro milhões e trezentos e quarenta e oito mil reais) referente a 7.499 clientes.

Através do programa mencionado a DESENVOLVE/AL atingiu no segundo semestre a abrangência em oferta de crédito em mais de 90 municípios, contribuindo para o empreendedorismo e a economia local. Os municípios que tiveram maior expressividade em liberações foram: Maceió, Arapiraca, Coruripe, Girau do Ponciano, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Teotônio Vilela e Delmiro Gouveia.

Ao que concerne aos nossos contratos e convênios junto a outras instituições, tivemos o contrato renovado junto ao Ministério do Turismo para operacionalizações, via linha FUNGETUR, garantindo que as linhas de capital de giro, bens e serviços permaneçam ofertadas aos operadores turísticos do Estado de Alagoas.

6. COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

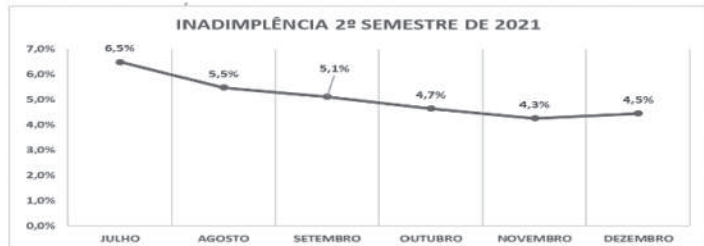
A equipe responsável pela cobrança e recuperação de crédito da DESENVOLVE, conta com o envolvimento de diversos departamentos e profissionais, tendo como objetivo contribuir pelas melhores práticas de gestão e controle na operacionalização em todas as áreas da empresa, desde o estabelecimento das linhas de crédito, ao compromisso de proporcionar melhores resultados e desenvolvimento sustentável para as empresas e produtores do Estado. O capital e disponibilidades de caixa da Agência, são todos aplicados em títulos públicos federais, como trata o art. 3º da Resolução nº 2.828, do Banco Central do Brasil.

Em relação à Recuperação de Crédito, do segundo semestre do ano de 2021 foram renegotiados contratos perfazendo o valor de R\$ 92 mil (noventa e dois mil reais). O valor recuperado foi de R\$ 220 mil (duzentos e vinte mil reais).

Com o Estado tentando voltar à normalidade, diante da pandemia da COVID-19, o Setor de Cobrança e Recuperação de Crédito teve que suspender temporariamente as visitas, mas as tentativas de recuperação de crédito voltaram por meio telefônico, como presencialmente em nossa sede. Porém, diante de alguns problemas relacionados ao sistema que ficou desatualizado para a cobrança, iniciamos com outras atividades que auxiliaram as novas linhas de crédito do Pró-Renda, lançadas pelo Governo de Alagoas, para atender aos MEIs, MEs e EPPs nos seus diversos segmentos.

7. INADIMPLÊNCIA

Com o aporte de capital, realizado pelo sócio majoritário da DESENVOLVE, o Governo do Estado de Alagoas, onde possibilitou o grande empenho nas liberações nas linhas de créditos do PRO RENDA e outros, nossa carteira de crédito cresceu positivamente, melhorando o percentual de Inadimplência no fechamento do 2º semestre de 2021:



Visando a diminuição da Inadimplência pós-período de isolamento social, estamos focados em recuperar o máximo dos clientes em atrasos e inadimplentes, como também, a grande parte dos empréstimos que foram baixados para o prejuízo. O retorno dos recursos considerados perdidos não será fácil, mas a Diretoria de Operações, fortalecerá cada vez mais o setor, buscando melhores resultados e revertendo o cenário apresentado.

É importante destacar que do prejuízo acumulado entre os exercícios de 2017 e 2021 que somam R\$ 18.065 mil (dezoito milhões e sessenta e cinco mil reais), 80,81% desse prejuízo, ou seja R\$ 14.598 mil (quatorze milhões, quinhentos e noventa e oito mil reais), decorreram de liberações ocorridas entre os anos de 2014 e 2020, cujos créditos foram baixados para provisão, conforme demonstrados no quadro abaixo.

(Em mil R\$)			
Ano da Liberação	Ano da Baixa	Resultado do Exercício	Créditos Baixados para Provisão
2012/2013/2014	2014	2014 (1.640)	188
2013/2014/2015	2015	2015 (1.726)	335
2013/2014/2015	2016	2016 (1.007)	281
2014/2015/2016	2017	2017 (1.579)	2.510
2015/2016/2017	2018	2018 (53)	784
2015/2016/2017/2018	2019	2019 (4.627)	3.170
2017/2018/2019	2020	2020 (8.293)	4.918
2018/2019/2020	2021	2021 (3.513)	3.216
Total			15.402

8. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2022

Ao longo do segundo semestre de 2021, o Brasil foi desafiado a conviver com as novas variantes da Covid-19. Na transição do primeiro para o segundo semestre, ficou muito evidenciada a diferença de estágio no controle da pandemia, principalmente com a reabertura do mercado, das fronteiras nacionais e internacionais que contribuíram para o fluxo do turismo, e as pessoas voltaram de maneira progressiva, a conviver com o fluxo entre demanda versus oferta, resultando em um impacto significativo na forma e na maneira dos brasileiros enfrentarem o pós pandemia. A economia brasileira vem dando sinais de recuperação já a partir do mês de maio/2021, tanto a produção industrial quanto o comércio varejista apresentaram um desempenho bastante positivo, o que levou a busca de recursos financeiros nas instituições de créditos para alavancar os negócios.

Ainda no segundo semestre de 2021, foi aportado pelo sócio majoritário desta Agência, o Governo do Estado de Alagoas, mais R\$ 20.000 milhões de reais, perfazendo um montante de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no exercício de 2021, contribuindo ainda mais para o crescimento da economia do Estado nos seus diversos segmentos, principalmente os Bares e Restaurantes um dos setores mais prejudicados pelas regras de distanciamento por conta da pandemia causada pelo Covid-19.

Ao final de 2021 a DESENVOLVE, comemorou a marca de mais de R\$ 35.000 milhões liberados através dos programas de micro empreendedores e micro empreendedores individuais, assegurando mais de 10 mil empregos que beneficiaram, indiretamente mais de 40 mil pessoas em todo o Estado de Alagoas. Os recursos foram destinados a mais de 90 municípios alagoanos, sendo os campos em liberações Maceió (1º lugar), União dos Palmares (2º lugar), Arapiraca (3º lugar) e Palmeira dos Índios (4º lugar).

No que tange à gestão administrativa, financeira e operacional, imbuídos na perspectiva para 2022, de novos negócios, através da prospecção de clientes, não serão medidos esforços para melhorar cada vez mais nossa equipe de profissionais técnicos, capacitando-os continuamente para dar respostas céleres e eficazes aos desafios de desenvolvimento do Estado de Alagoas.

9. AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva da DESENVOLVE/AL, manifesta os seus agradecimentos pela confiança, cooperação, e apoio de todos os parceiros, órgãos, instituições, entidades, e demais partes relacionadas, que contribuíram para o alcance dos objetivos da Agência. Agradecemos também aos nossos clientes, que acreditaram na DESENVOLVE/AL, como instituição financeira forte, capaz de auxiliar no fortalecimento e desenvolvimento sustentável dos seus negócios, proporcionando maior geração de trabalho e renda.

Aproveitamos para agradecer ainda aos acionistas e aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, pela confiança e auxílio para o fortalecimento institucional desta Agência. Da mesma forma, especialmente ao nosso maior patrimônio que são os nossos colaboradores, pela dedicação, e pelo profissionalismo contínuo, contribuindo cada vez mais para alcançarmos os melhores resultados, para a Instituição.

Para prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários, a Diretoria se coloca à disposição dos senhores, e da sociedade como um todo, para melhor conhecer os projetos desenvolvidos e os esforços que vem sendo feito no sentido de realizar um trabalho voltado para o desenvolvimento do Estado.

Por fim, ressaltamos que estaremos sempre de portas abertas para atender aos parceiros e a todos os alagoanos que busquem nesta instituição um apoio efetivo para a realização de seus projetos voltados para o crescimento do Estado de Alagoas.

Michael Pereira de Barros
Diretor de Operações

Eduardo Brasil Barreto
Diretor Administrativo Financeiro

José Humberto Maurício de Lira
Diretor Presidente



Edição impressa produzida pelo jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado no site: <https://tribunaindependente.com.br>



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	59.415	49.432
Disponibilidades (Nota 3.c)	52	99
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3.c e 4)	46.562	45.453
Operações de Crédito (Nota 5)	11.680	3.213
Empréstimos	8.435	3.458
Financiamentos	4.782	2.287
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.537)	(2.532)
Outros Créditos, Valores e Bens (Nota 6)	1.121	667
Não Circulante	33.641	4.815
Realizável a Longo Prazo	31.384	2.022
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	3.133	-
Operações de Crédito (Nota 5)	28.251	2.022
Empréstimos	21.246	2.336
Financiamentos	9.304	2.512
(-) Provisão para Operações de Crédito	(2.299)	(2.826)
Imobilizado (Nota 7)	2.255	2.767
Imobilizado de Uso	4.750	4.769
(-) Depreciação Acumulada	(2.495)	(2.002)
Intangível (Nota 7)	2	26
Ativos Intangíveis	565	565
(-) Amortização Acumulada	(563)	(539)
Total do Ativo	93.056	54.247

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	3.762	1.251
Obrigações por Repasse (Nota 8)	689	727
Obrigações por Repasses - FINEP	689	727
Outras Obrigações (Nota 9)	3.073	524

Não Circulante	25.558	25.748
Obrigações por Repasse (Nota 8)	21.578	21.774
Obrigações por Repasses - FINEP	999	1.609
Obrigações por Repasses - FUNGETUR	20.579	20.165
Outras Obrigações (Nota 9)	3.980	3.974

Total do Passivo	29.320	26.999
-------------------------	---------------	---------------

Patrimônio Líquido	63.736	27.248
Capital social (Nota 11.a)	80.414	40.414
Reservas de Lucros	-	-
Prejuízos Acumulados (Nota 11.b)	(16.678)	(13.166)

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	93.056	54.247
---	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	2º Sem 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Receita da Intermediação Financeira	3.022	4.408	1.955
Operações de Crédito	1.910	2.822	1.272
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.112	1.586	683
Despesas da Intermediação Financeira	(1.238)	(1.613)	(5.691)
Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito	(746)	(889)	(5.388)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(492)	(724)	(71)
Despesas de Tit.Vis.Mob. e Instr.Finan.	-	-	(232)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.784	2.795	(3.737)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(4.376)	(7.406)	(4.560)
Despesas com Honorários (Nota 12.a)	(528)	(903)	(433)
Despesas com Pessoal (Nota 12.b)	(1.865)	(3.101)	(3.038)
Despesas Administrativas (Nota 13)	(1.493)	(2.484)	(1.277)
Despesas Tributárias (Nota 14.b)	(307)	(385)	(113)
Despesas de depreciação e amortização (Nota 15)	(295)	(614)	(676)
Outras receitas / (despesas) operacionais (Nota 16)	112	81	977
Resultado operacional	(2.592)	(4.611)	(8.297)
Resultado não operacional	420	1.098	4
Despesas não operacionais	-	-	(6)
Receitas não operacionais (Nota 17)	420	1.098	10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(2.172)	(3.513)	(8.293)
Imposto de renda (Nota 14.a)	-	-	-
Contribuição social (Nota 14.a)	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do mês	(2.172)	(3.513)	(8.293)
nº de ações da Agência	8.041	8.041	4.041
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,27)	(0,44)	(2,05)
Valor patrimonial da ação (em reais)	7,93	7,93	11,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Descrições	2º Sem 2021	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) líquido do Exercício	(2.172)	(3.513)	(8.293)
Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(2.172)	(3.513)	(8.293)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2020	40.414	-	-	(4.867)	35.547
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	(6)	(6)
Resultado do Período (Nota 11.b)	-	-	-	(8.293)	(8.293)
Realização de Reservas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	40.414	-	-	(13.166)	27.248
Mutações do período de 2020	-	-	-	(8.299)	(8.299)
Em 30 de junho de 2021	60.414	-	-	(14.507)	45.907
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.000	-	-	1	20.000
Resultado do Período	-	-	-	(2.172)	(2.172)
Em 31 de dezembro de 2021	80.414	-	-	(16.678)	63.736
Mutações do 2º semestre 2021	20.000	-	-	(2.171)	17.829
Em 1º de janeiro de 2021	40.414	-	-	(13.166)	27.248
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1	1
Aumento de Capital	40.000	-	-	(3.513)	40.000
Resultado do Período (Nota 11.b)	-	-	-	(3.513)	(3.513)
Em 31 de dezembro de 2021	80.414	-	-	(16.678)	63.736
Mutações do período de 2021	40.000	-	-	(3.512)	36.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Descrição	2º Sem 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(2.172)	(3.513)	(8.293)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização (Nota 15)	295	614	676
Estimativa c/ perdas p/ crédi. de liq. Dov.	3	2.151	4.025
Ajuste de Exercícios Anteriores	1	1	(6)
Juros Passivo	468	445	238
Juros Ativo	40	(38)	(17)
Redução (Aumento) de Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	(108)	(3.133)	11.190
Operações de Crédito Ativas	(22.210)	(36.847)	2.796
Outros Créditos, Valores e Bens	(398)	(453)	786
Aumento (Redução) de Passivos			
Outras Obrigações	2.215	2.554	(10.029)
Obrigações por Repasses	(524)	(641)	19.296
Caixa Gerado pelas Operações	(22.389)	(38.862)	20.662
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado pelas Atividades Operacionais	(22.389)	(38.862)	20.662
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital (Nota 11.a)	20.000	40.000	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	20.000	40.000	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição/(Baixa) de Bens para Uso Próprio	(74)	(78)	25
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Investimento	(74)	(78)	25
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.463)	1.061	20.687
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período	49.077	45.553	24.866
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período (Nota 4.c)	46.614	46.614	45.553
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.463)	1.061	20.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS E CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento de Alagoas S/A (Desenvolve) é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.488 de 16 de junho de 2004. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 25 de março de 2009. É regida pelas Resoluções nº 2.828/01, alterada pelas Resoluções nºs 3.757/09 e 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de agosto de 2012, através da Lei 7.409, a Entidade passou a denominar-se Agência de Fomento de Alagoas S/A.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas, através de financiamento aos setores público e privado, podendo praticar operações de recursos captados no país e no exterior, originários de:

- a. Fundos constitucionais;
- b. Orçamento estadual e municipal e
- c. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social à prestação de garantias, prestação de serviços de consultorias, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento. A Agência de Fomento de Alagoas S/A é uma instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é ligada ao Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Para melhor atingir seus objetivos, a Agência de Fomento de Alagoas S/A trabalha em parceria com entidades nacionais, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 07 de março de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 da Desenvolve Alagoas apresentam alterações em suas estruturas, decorrentes de uma melhor apresentação de todas suas operações oriundas de seus atos e fatos administrativos. As informações financeiras são apresentadas com relevância e representação fidedigna para os usuários, apresentando uma maior capacidade preditiva para auxílio na tomada de decisão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às resoluções, normas e instruções do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito, e provisões cíveis, tributárias e trabalhistas, quando aplicáveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras contemplam a incorporação dos recursos recebidos do Governo do Estado de Alagoas, os quais foram tratados como subvenção governamental. As receitas e as correspondentes despesas são contabilizadas, de forma simultânea, com base no Regime de Competência, independentemente de recebimento ou pagamento, ou seja, no momento do fato gerador, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

As demonstrações seguem a Resolução do Banco Central do Brasil de nº 2, de 12 de agosto de 2020, ao qual trata sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme Art. 42: “As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

I – O Balanço Patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; e

II – As demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

§ 1º Admite-se que as demonstrações mencionadas no inciso II do caput, relativos aos períodos findos em 31 de dezembro sejam comparadas com as demonstrações relativas ao exercício social anterior.

§ 2º As notas explicativas necessárias para o correto entendimento devem ser apresentadas de forma comparativa, quando relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.”

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF e emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam as seguintes:

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Agência de Fomento de Alagoas S/A e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local e os ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do Resultado

b.1.) Em conformidade com o Regime de Competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b.3.) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	52	99
Cotas de Fundo de Investimento - Até 90 dias	46.562	45.453
Total	46.614	45.552

d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 3º, da Resolução nº 2.828/01, com a redação dada pela Resolução nº 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de Alagoas S/A aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Agência de Fomento de Alagoas S/A, que é a de mantê-los até o vencimento, e não são ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

f) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidade, estes últimos atualizados até a data do balanço.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer uma análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de risco, variando de “A” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como classificação das operações com atraso superior a 15 dias, como operações de curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas contra a provisão, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Estimativa com Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

A estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, obedecendo às determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, ambas do CMN.

Faça à característica do crédito concedido e o grau de inadimplência da carteira, a Agência optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

i) Imobilizado em Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos – 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) – 10% ao ano;
- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) – 20% ao ano; e
- Sistemas de Transporte – 20% ao ano.

j) Ativo Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis existentes possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo, quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

k) Redução do Valor Recuperável (Impairment)

Ao final do período a Agência de Fomento de Alagoas S/A avaliou seus ativos para verificar se houve alguma indicação de perda significativa no seu valor recuperável, tendo a Administração avaliado e concluído que não houve necessidade dessa provisão.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Agência de Fomento de Alagoas S/A está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa do resultado, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

m) PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento permitindo-se à dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

n) Subvenção Governamental

A subvenção governamental recebida do Governo do Estado de Alagoas é destinada a compensação de despesas da Agência de Fomento de Alagoas S/A, sendo reconhecida como receita ao longo do período necessário e confrontada com as despesas que pretende compensar.



Edição impressa produzida pelo jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado no site: <https://tribunaindependente.com.br>

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A

CNPJ 10.769.660/0001-95

Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
Cep: 57035-330 - Maceió/AL 82 3315.3468

Sector Privado	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos - Recursos Próprios	29.372	4.827
Empréstimos e Financiamentos	30.952	7.965
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(1.580)	(3.138)
Empréstimos - Repasses	10.559	408
FINEP	12.814	2.628
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(2.256)	(2.220)
Total da Carteira	39.931	5.235
Circulante	11.680	3.213
Empréstimos	8.435	3.458
Financiamentos	4.782	2.287
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Circulante	(1.537)	(2.532)
Não Circulante	28.251	2.022
Empréstimos	21.246	2.336
Financiamentos	9.304	2.512
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Não Circulante	(2.299)	(2.826)
Total da Carteira	39.931	5.235

b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

Sector Privado	31/12/2021	31/12/2020
Indústria	2.663	782
Comércio	11.486	1.375
Outros Serviços	28.556	6.784
Rural	1.062	1.652
Total	43.767	10.593
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.836)	(5.358)
Total	39.931	5.235

a) Composição da Carteira por Vencimento

Vincendas	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	2.050	3.424
De 31 a 60 dias	780	934
De 61 a 90 dias	876	126
De 91 a 120 dias	971	643
De 121 a 150 dias	1.051	721
De 151 a 180 dias	1.093	33
Acima de 180 dias	36.946	4.712
Total	43.767	10.593
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.836)	(5.358)

d) Composição da Carteira por Nível de Risco

Classificação de Risco	Provisão %	31/12/2021			31/12/2020		
		Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão
A	0,5	18.979	43,36%	(95)	944	8,91%	(5)
B	1	15.299	34,96%	(153)	2.480	23,41%	(25)
C	3	4.001	9,14%	(120)	934	8,82%	(28)
D	10	1.751	4,00%	(175)	126	1,19%	(12)
E	30	371	0,85%	(111)	643	6,07%	(193)
F	50	142	0,32%	(71)	721	6,81%	(360)
G	70	377	0,86%	(264)	33	0,31%	(23)
H	100	2.847	6,50%	(2.847)	4.712	44,48%	(4.712)
Total		43.767	100%	(3.836)	10.593	100%	(5.358)
Provisão		(3.836)	(8,76%)		(5.358)	(50,58%)	
Total		39.931	91,24%		5.235	49,42%	

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Maior	1.483	3,39%	2.220	20,96%
5 maiores seguintes	1.517	3,47%	2.492	23,52%
10 maiores seguintes	295	0,67%	1.382	13,05%
15 maiores seguintes	271	0,62%	721	6,81%
20 maiores seguintes	267	0,61%	527	4,97%
30 maiores seguintes	527	1,20%	534	5,04%
Demais	39.407	90,04%	2.717	25,65%
Total	43.767	100,00%	10.593	100,00%
(-) Provisão - Estimativa com Perdas	(3.836)	(8,76%)	(5.358)	50,58%
Total	39.931	91,24%	5.235	49,42%

A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021 apresentou o valor de R\$ 39.931 mil, tendo um crescimento 662,77% em comparação ao período anterior.

f) Estimativa com Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – Operações de Crédito

	5.358	3.790
Saldo no Início do Período		
Provisão Constituída	1.901	6.320
(-) Reversão da Provisão	(1.012)	(482)
Total da Provisão Líquida no Exercício	6.247	9.628
Créditos Baixados para Prejuízo	(2.411)	(4.270)
Saldo Final do Período	3.836	5.358

A estimativa com perdas para operações de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 indicou 8,76% da carteira de crédito, contra os 50,58% em 31 de dezembro de 2020.

6. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

No subgrupo Outros Créditos são registrados os valores a receber do Governo do Estado de Alagoas a título de subvenção governamental, que estão provisionados, e adiantamentos. Já no subgrupo Outros Valores e Bens estão registrados os valores dos bens em estoque e as despesas antecipadas, como exposto no quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros Créditos	1.110	662
Adiantamentos e Antecipações Salariais	23	16
Adiant. p/Pagto. de nossa Conta - Repasses a clientes	504	0
Impostos e Contribuições a Compensar (a)	583	636
Devedores Diversos - País - Subvenção Governamentais	0	0
Pendência a regularizar (recebimento de cliente)	0	10
Outros Valores e Bens	11	5
Material em Estoque	0	4
Despesas Antecipadas	0	1
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	1.121	667
Circulante	1.121	667
Outros Créditos	1.110	662
Outros Valores e Bens	11	5
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS	1.121	667

a) No exercício findo em 31/12/2021, há o registro no montante de R\$ 548 mil referente ao imposto a recuperar incidido sobre as Letras Financeiras do Tesouro - LFT resgatadas no exercício social de 2020, tratando-se do percentual de 15% sobre o rendimento auferido na aplicação.

Os outros R\$ 35 mil de variação nos impostos a recuperar decorrem da atualização financeira do saldo a recuperar no importe de R\$ 29 mil, conforme Instrução Normativa nº 1.717/2017 da RFB, e os outros tributos a recuperar somam R\$ 6 mil em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a Recuperar	577	548
Outros Impostos	6	88
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	583	636

7. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

7.1 Imobilizado de Uso e Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e intangível, e as respectivas depreciações e amortizações:

IMOBILIZADO	Móveis e Equipamentos	Sistema de Comunicação	Sistema de Proc. de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	Depreciação Acumulada	TOTAL DO IMOBILIZADO
Em 1º de Julho de 2021	1.758	30	2.482	16	-	(2.300)	2.476
Aquisições	16	-	58	-	-	(295)	(221)
Em 31 de Dezembro de 2021	1.774	30	2.940	16	-	(2.495)	2.255
Mutações do 2º semestre 2021	16	-	58	-	-	(295)	(221)
Em 1º de janeiro de 2021	1.621	20	2.977	16	135	(2.002)	2.767
Aquisições	25	-	91	-	-	(590)	(474)
Baixas	-	-	-	-	(135)	87	(38)
Transferências e Ajustes	128	-	(128)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021	1.774	20	2.940	16	-	(2.495)	2.255
Mutações de 2021	153	-	(37)	0	(135)	(493)	(512)
Em 1º de janeiro de 2020	1.994	30	2.652	16	211	(1.444)	3.449
Aquisições	2	-	-	-	-	(341)	(339)
Baixas	(35)	-	(9)	-	(76)	(217)	(337)
Transferências e Ajustes	(340)	-	334	-	-	-	(6)
Em 31 de Dezembro de 2020	1.621	20	2.977	16	135	(2.002)	2.767
Mutações de 2020	(373)	-	325	-	(76)	(558)	(683)

INTANGÍVEL	Intangíveis adquiridos antes 1ºout/13	Intangíveis adquiridos a partir 1ºout/13	Amortização Acumulada	Total do Intangível
Em 1º de Julho de 2021	555	10	(562)	3
Aquisições	-	-	(1)	(1)
Em 31 de Dezembro de 2021	555	10	(563)	2
Mutações do 2º semestre 2021	-	-	(1)	(1)
Em 1º de Janeiro de 2021	555	10	(539)	26
Aquisições	-	-	(24)	(24)
Em 31 de Dezembro de 2021	555	10	(563)	2
Mutações de 2021	-	-	(24)	(24)
Em 1º de Janeiro de 2020	555	4	(514)	45
Aquisições	-	6	(25)	(19)
Em 31 de Dezembro de 2020	555	10	(539)	26
Mutações de 2020	-	6	(25)	(19)

8. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Obrigações por repasse	31/12/2021	31/12/2020
FINEP (a)	1.688	2.336
FUNGETUR (b)	20.579	20.165
TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE	22.267	22.501
Circulante	689	727
Obrigações por Repasses - FINEP	689	727
Não Circulante	21.578	21.774
Obrigações por Repasses - FINEP	999	1.609
FUNGETUR	20.579	20.165
TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE	22.267	22.501

a) Refere-se a recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - para realização de operações do Programa INOVACRED.

31/12/2021				31/12/2020			
Classificação	Saldo	Encargos	Total	Vencimento	Saldo	Encargos	Total
Curto Prazo	639	50	689	Até 31/12/2022	653	74	727
Longo Prazo	927	72	999	Após 31/12/2022	1.445	164	1.609
Total	1.566	122	1.688		2.098	238	2.336

b) Recurso destinado a empresas que apresentem projetos de inovação e Prestação de Serviços através da Agência na qualidade de Agente Financeiro do FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo (MTUR), intermediando as operações de financiamentos privados de capital fixo, compreendendo as obras civis para ampliação, modernização e reforma em bens, assim como capital de giro de empreendimentos de finalidade ou interesse do turismo nacional, abrangendo preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas, legalmente constituídas e estabelecidas, que exerçam atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do setor.

Obrigaçao Por Repasse	Saldo	Principal	Encargos Financeiros (Juros Passivo)	Encargos Financeiros (Juros Ativo)	Total
FUNGETUR	-	19.952	682	(55)	20.579

9. Outras Obrigações

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal, fundos financeiros e de desenvolvimento – FECOEP e subvenção governamental, como exposto a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fecoep (a)	3.980	3.974
Cobrança e Arrec.de Tributos (b)	661	4
Fiscais e Previdenciárias (b)	236	105
Diversas Obrigações	2.176	415
Provisão para Pagamentos (c)	468	296
Provisão para Contingência (c)	21	21
Créditos Diversos (d)	1.687	98
Totais Outras Obrigações	7.053	4.498
Circulante	3.073	524
Não circulante	3.980	3.974
Total	7.053	4.498

Estes valores são distribuídos da seguinte forma:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento – FECOEP

É composto por recursos recebidos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, sendo este Fundo administrado pela SEFAZ/AL e tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento e repasse às Cooperativas de Crédito e Associações para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

Projeto	31/12/2021	31/12/2020
ALAGOAS CIDADÃ	93	93
COOPMAIS	3.887	3.881
TOTAL FECOEP	3.980	3.974

O programa COOPMAIS – Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas, visa profissionalizar a gestão das cooperativas e associações de produção existentes e fomentar o investimento desses organismos produtivos no Estado para apoio aos negócios de pequeno porte, agricultura familiar e cooperativismo, além de promover a inclusão produtiva e as agroindústrias em Alagoas.

O Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas – PROCAP, tem como objetivo fomentar a expansão e o fortalecimento institucional de organizações operadoras de microcrédito em Alagoas, mediante a seleção de propostas de apoio financeiro. Desta forma, as instituições contempladas poderão atender as comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sem acesso ao sistema financeiro formal.

b) Cobrança e Arrecadação de Tributos, Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
IOF S/Oper. de empréstimos PF	516	1
IOF S/Oper. de empréstimos PJ	145	3
TOTAL COBRANÇA E ARREC. DE TRIBUTOS	661	4

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre Serviços	43	1
Impostos e contribuições sobre Salários	114	95
Outros Impostos e Contribuições (PIS e COFINS)	79	9
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	236	105

c) Diversas Provisões

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão com pessoal e encargos	363	284
Provisão para pagamento a fornecedores	105	12
Provisão para Pagamentos	468	296
Provisão para Contingências	21	21
TOTAL DE PROVISÕES	488	317

d) Créditos Diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenção Governamental - Custeio	10	4
Pendências a Regularizar	1.589	-
Subvenção Governamental - Imobilizado	88	94
Subtotal	1.687	98

Conforme Resolução Add Referendum nº 002/2021 da Diretoria Executiva da Agência de Fomento de Alagoas S/A, no qual trata da criação da linha Pró-Renda, estabelecendo as condições e taxas de juros que serão ofertadas em parceria com o governo do estado de Alagoas.

Dessa maneira, para a linha Pró-Renda ME e EPP, foi estabelecido a transferência pelo governo do estado de Alagoas de 3% a operação (referente a TAC), bem como uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Já para a linha MEI ficou estabelecido o custeio pelo governo do Estado de Alagoas o valor correspondente à 1,5% da operação (referente a TAC), bem como uma taxa pré-fixada de 6% a.a. e o pagamento de 50% do valor principal para as operações amortizadas em dia.

Mediante levantamento interno da Desenvolve, a SEFAZ/AL realizou no dia 10 de dezembro de 2021, o repasse de R\$ 1812 em forma de adiantamento para quitar as parcelas e encargos de sua responsabilidade junto ao programa ofertado, conforme supracitado anteriormente. Do montante recebido da SEFAZ/AL em 2021 foram reconhecidos o montante de R\$ 223 mil para receita com as operações de créditos por competência para os créditos adimplentes do período, restando em 31/12/2021 o montante de R\$ 1589 mil registrados no adiantamento pendente no passivo para a quitação das demais parcelas a vencer dos créditos.

10. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a assessoria jurídica da agência figura-se como passivos contingentes que satisfaçam os critérios de reconhecimento contábil apenas uma ação no valor de R\$ 21 mil (nota 9.C), quanto as ações com efeitos de divulgação com probabilidade possível de perdas figuram os litígios listados abaixo:

Vara	Área	31/12/2021		31/12/2020	
		Prognóstico	Valor	Prognóstico	Valor
Mata Grande	Cível	Possível	-	Possível	10
Maceió	Cível	Possível	1.484	Possível	1.080
Total			1.484	Total	1.090

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem 2021	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	295	591	654
Móveis e Equipamentos	294	585	621
Bens - Recursos Públicos	1	6	33
Amortização	0	23	22
Total	295	614	676

16. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	2º Sem 2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas Operacionais	141	238	1.187
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	-	-	936
Subvenção p/imobilizado	-	-	33
Outras Receitas Operacionais	141	238	218
Outras Despesas Operacionais	(29)	(157)	(210)
Descontos Concedidos	(29)	(157)	(189)
Contingência Civil	-	-	(21)
Total	112	81	977

Realizamos reclassificação do saldo de Subvenções Governamentais (Custeio e Imobilizado), anteriormente classificados como outras receitas operacionais.

17. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Não Operacionais			
Lucro na Alienação de Ativos	407	54	10
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	-	-	-
Subvenção P/imobilizado	1	5	-
Atualização IRRF S/Benefitamento de Aplicação Financeira	12	28	-
Total	420	1.098	10

Os recursos oriundos de subvenções governamentais (para custeios e imobilizados) recebidos foram destinados da seguinte maneira, no decorrer do semestre:

	2º Sem. 2021		
Despesas Operacionais	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas de Pessoal	2.393	-	2.393
Outras Despesas Administrativas	740	143	871
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	61	-	61
Despesas de aluguel	190	106	296
Despesas tributárias	307	-	307
Despesas de processamento de dados	105	158	263
Despesas de depreciação e amortização	294	1	295
Despesas de viagens	2	-	2
Outras Despesas Operacionais	29	-	29
Total	4.121	408	4.517

	31/12/2021			31/12/2020		
Despesas Operacionais	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total	Recursos Próprios	Subv. Gov.	Total
Despesas de Pessoal	4.004	-	4.004	3.426	45	3.471
Outras Despesas Administrativas	325	305	625	280	183	463
Despesas de Serviços de terceiros e especializados	101	18	119	30	68	98
Despesas de aluguel	516	297	813	38	281	319
Despesas tributárias	385	3	388	113	0	113
Despesas de processamento de dados	525	388	913	60	359	419
Despesas de depreciação e amortização	614	5	619	643	33	676
Despesas de viagens	6	-	6	0	0	0
Outras Despesas Operacionais	157	-	157	210	0	210
Total	6.433	1.016	7.444	4.800	969	5.769

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2021, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas, exceto os repasses e subvenções do Governo do Estado de Alagoas para manutenção e investimentos na operação da agência.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Seguro
- A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.
- b) Empréstimos ou Adiantamentos
- Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
- i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

José Humberto Maurício de Lira Diretor Presidente	Eduardo Brasil Barreto Diretor Administrativo Financeiro
Michael Pereira de Barros Diretor de Operações	Márcio Teodoro de Lima Santos Contador CRC AL-005297/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores:
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A – DESENVOLVE

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 39.931 mil. Deste total, cerca de R\$ 25.216 mil é referente a operações liberadas da linha “pré-renda MEI” em 2021, do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos – “Cédula de Crédito Bancário (CCB)”. Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Adicionalmente, o montante de 1.690 mil foram operações realizadas por repasse em favor de intermediário financeiro, no qual não foi possível por meio de procedimentos padrões e alternativos de auditoria obtermos evidências quanto ao recebimento do crédito liberado pelo beneficiário final da operação de crédito. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 25.216 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência de avaliação de risco de crédito.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

Recebimentos para Custeio – Subvenções Governamentais e para Imobilizado

Chamamos a atenção para a Nota 16a (Recebimento para Custeio – Subvenções governamentais e para imobilizado) que aponta que a Agência, para ter continuidade às suas operações, necessita de recursos periódicos, a título de custeio das despesas operacionais e manutenção da instituição, originados do seu acionista majoritário, Governo do Estado de Alagoas. Nesse exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi recebido o valor de R\$ 1.016 mil (R\$ 969 mil, 2020). Nossa opinião não está salva em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, o não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 17 de março de 2022.

Emerson Auditores e Consultores S/S Auditores Independentes CRC/RN 547/O-8 “S” AL	José Emerson Firmino Contador CRC/RN 006.570/O-6 “S” AL
---	---